

OS 120 ANOS DA GUERRA CIVIL DE 1893

RODRIGO SANTOS DE OLIVEIRA*

RESUMO

O presente artigo objetiva realizar um breve resgate histórico dos 120 anos da Guerra Civil de 1893, também conhecida como Revolução Federalista. Abordaremos uma parcela da historiografia sobre o tema; os dois grupos políticos envolvidos no conflito (republicanos e federalistas); os antecedentes, as fases da guerra e, por fim, seus desdobramentos.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Civil de 1893. Revolução Federalista. História do Rio Grande do Sul. Republicanos. Federalistas.

ABSTRACT

This paper aims to conduct a brief historical review of 120 years of the Civil War of 1893, also known as the Federalist Revolution, in southern Brazil. The study covers a part of the historiography on the subject, the two political groups involved in the conflict (Republicans and Federalists), and the background, the phases of the war and its consequences.

KEYWORDS: Civil War of 1893. Federalist Revolution. History of Rio Grande do Sul. Republicans. Federalists.

Passados cento e vinte anos da eclosão e desfecho do conflito que marcou profundamente o Rio Grande do Sul, o tema continua controverso. Diferentemente da produção historiográfica sobre outros episódios da história sul-rio-grandense, como a Revolução Farroupilha e o processo de imigração alemã e italiana (entre outros grupos étnicos) que muitas vezes enaltecem a memória de tais acontecimentos, a Guerra Civil de 1893, devido às suas peculiaridades, não nos permite encontrar obras que a referenciem como uma luta do “bem contra o mal” (como no caso da Revolução Farroupilha) ou a superação e o triunfo (como é o caso da Imigração). Esse conflito ainda é tema de muitos debates, cujos

* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Doutor em História (PUCRS). E-mail: oliv.rod@terra.com.br

autores, que muitas vezes não conseguem esconder sua própria subjetividade, colocam-se e, em alguns casos, defendem o ponto de vista de um dos grupos que disputavam o poder. É como se, depois do final da guerra, viessem outras, travadas não em campos de batalhas, mas em páginas impressas...

Não estamos afirmando que toda a produção historiográfica se coloque dessa maneira, longe disso, grande parte dos estudos acadêmicos fogem desse “padrão”, mas a tendência nesse sentido ainda é muito forte.

Podemos dividir os trabalhos sobre a “Revolução Federalista” da seguinte forma:

Inicialmente, memórias. Aliás, como em qualquer conflito “atual”, as memórias são as primeiras a surgirem. A mais conhecida é a narrativa de Ângelo Dourado, tenente-coronel médico do exército federalista e membro da coluna do chefe rebelde Gumercindo Saraiva. Publicada originalmente no ano seguinte ao término do conflito, *Voluntários do Martírio* (DOURADO, 1977) é uma obra necessária para qualquer estudo sobre o tema. Na mesma linha segue o livro *Memórias da Revolução de 1893*, organizado por Hélio Moro Mariante (MARIANTE, s/d), baseado nos diários do tenente-coronel Fabrício B. O. Pilar, um militar republicano da Cavalaria da Brigada Militar. Mas difere substancialmente da obra de Dourado, pois não se apresenta em forma de narrativa e sim é a reprodução literal dos diários do soldado republicano. Outro trabalho em forma de memória é *Os crimes da ditadura* de Rafael Cabeda (AXT; CABEDA & SEELIG, 2002 [orgs]), escrito pelo veterano do exército federalista que, após o conflito, reuniu depoimentos de companheiros sobre as perseguições e violências sofridas pelos federalistas por Júlio de Castilhos e seus partidários entre 1889 e 1900.

Mesclando memória e denúncia, outro trabalho clássico sobre a guerra é *Apontamentos para a História da Revolução Rio-grandense de 1893* do advogado e jornalista federalista Wenceslau Escobar (ESCOBAR, 1920). Publicado pela primeira vez em 1920 gerou grande debate levando o mesmo autor a publicar *Réplica a todos os contradictores de Meus Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893* (ESCOBAR, 1921).

Os trabalhos acadêmicos sobre o conflito ou que abordam de certa forma algum tema relativo ao conflito poderiam ser divididos em dois grupos: o primeiro seriam trabalhos de autores comprometidos com ideias de algum dos grupos como por exemplo José do Patrocínio Motta – autor de *República Fraticida: as*

revoluções rio-grandenses (1835-1932) (MOTTA, 1989), pró-federalista – e os trabalhos de Sérgio da Costa Franco, *Júlio de Castilhos e sua época* (FRANCO, 1996) e *A Guerra Civil de 1893* (FRANCO, 1993), pró-castilhista. O segundo grupo apresenta trabalhos sem comprometimento ideológico, embora muitas vezes essa questão ideológica seja difícil de ser avaliada. Nessa linha, podemos citar como exemplo o livro *Revolução Federalista de Sandra Pesavento* (PESAVENTO, 1985); *Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893* de Moacyr e Hilda Flores (FLORES & FLORES, 1993) e *Pensar a Revolução Federalista*, coletânea de estudos organizados por Francisco das Neves Alves e Luis Henrique Torres (ALVES & TORRES, 1993).

Além de trabalhos memorialísticos e acadêmicos, existem trabalhos jornalísticos sobre a Guerra de 1893, como é o caso de *A cabeça de Gumerindo Saraiva* de Elmar Bones e Tabajara Ruas (BONES & RUAS, 1997).

A GUERRA CIVIL DE 1893

A chamada “Revolução Federalista” ocorreu principalmente no Rio Grande do Sul entre fevereiro de 1893 e agosto de 1895, foi a mais séria das contestações que a República brasileira, proclamada em 1889, enfrentou. A guerra ultrapassou as fronteiras do Estado, chegando a Santa Catarina em novembro de 1893 e ao Paraná em janeiro de 1894. Além disso, uniu-se aos rebeldes da Revolta da Armada no Rio de Janeiro, colocando em risco a sobrevivência da jovem República brasileira.

O Rio Grande do Sul provavelmente era uma das regiões mais instáveis do Brasil. Para se ter uma noção dessa fragilidade, entre a proclamação em 1889 e a eleição de Júlio de Castilhos à presidência do Estado, dezenove governos sucederam-se no comando do Estado. Como apontou o jornalista norte-americano A. Bierce em junho de 1892:

Tudo indica que o Rio Grande do Sul, o estado mais meridional do Brasil, na Fronteira com a Argentina e o Uruguai, marcha inexoravelmente para uma guerra civil, na qual os habitantes voltarão a se dedicar ao seu esporte favorito – o de guerrear. [...]

Desde que no Brasil se instaurou a República, em 1889, mediante um *pronunciamento* militar na melhor tradição latino-americana, o Rio Grande do Sul vive num estado de instabilidade e desordem governamentais virtualmente anárquicas, com todos os fermentos de uma guerra civil.

No espaço de dois anos, entre 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a república, e 12 de novembro de 1891, quando foi deposto Júlio de Castilhos, primeiro mandatário eleito, o Rio Grande do Sul já teve 18 governadores, ou presidentes como aqui se diz. (FREITAS, 1998, p. 9-10).

De um lado, estavam os republicanos históricos, adeptos do positivismo, membros do Partido Republicano Rio-grandense (PRR); no lado oposto, os chamados liberais, que a partir de março de 1892 fundaram o Partido Federalista Brasileiro (PFB).

OS REPUBLICANOS

Como aponta Sandra Pesavento (PESAVENTO, 1993), os republicanos do Rio Grande do Sul, liderados por Júlio de Castilhos, aproximavam as suas aspirações à parcela dos militares, tendo como elemento de ligação o positivismo. Para esses ativos membros do PRR, a república deveria ser autoritária, comandada por uma elite de sábios técnicos, apoiados em um programa abrangente que propunha um desenvolvimento capitalista global para o Estado. A adoção do positivismo como matriz inspiradora de conduta político-administrativa veio a dar uma feição *sui generis* ao republicanismo gaúcho, com a sua adaptação regional das ideias de Augusto Comte.

As bases sociais dos republicanos provinham da população do litoral e da Serra, onde se encontravam muitos imigrantes. Formavam uma elite mais recente que irrompia na política disposta a monopolizar o poder.

Este grupo castilhista, combativo e intransigente, começou a mobilizar em seu favor tanto práticas de coerção quanto práticas de barganha de interesses, além de apoio político na sociedade civil. Se por um lado, o PRR contava a seu favor com o Exército e a Brigada Militar, por outro lado precisava empenhar-se no cumprimento de um programa de desenvolvimento multilateral para o Estado em que atendesse aos diferentes setores sociais que compunham sua base política.

OS FEDERALISTAS

No decorrer de 1892, Gaspar Silveira Martins retornou do exílio e organizou o congresso federalista em Bagé, quando se fundou e definiu a política oposicionista do PFB ao Governo do

Estado. O novo partido agregou ex-liberais e alguns ex-conservadores. A composição social dos federalistas era, sem dúvida, o que de mais expressivo possuía a região da Campanha, pelo prestígio social, pelos recursos financeiros e pela tradição (FRANCO, 1996, p. 133). Ou seja, eram grandes pecuaristas da Campanha, ligados ao comércio e contrabando da zona da fronteira, constituíam a elite tradicional, muitos com raízes no Império.

Dentre as proposições dos federalistas, estava o estabelecimento de uma república parlamentar¹, a atribuição de maior poder ao governo central, a eleição do Chefe de Estado pelo Parlamento e a representação das minorias no Legislativo.

A ideia central do pensamento federalista era o fim do castilhismo, apontado por eles como encarnação de uma tirania opressiva, cruel e deslocada da opinião pública. Júlio de Castilhos e seu grupo eram o principal objeto do ódio “maragato”. Retirá-lo do poder era o principal objetivo, e a guerra civil foi a arma utilizada para esse fim.

ANTECEDENTES DO CONFLITO

A análise da evolução política sul-rio-grandense, a partir de 1889, mostra que, desde cedo, criou-se condições para um conflito sangrento. A Guerra Civil de 1893 teve alguns prólogos marcantes, por exemplo, na deposição do vice-governador Francisco da Silva Tavares em 1890, na derrubada de Júlio de Castilhos e na deposição do “governicho” em 1892. Nesses breves episódios de apelo às armas, os personagens em confronto, com raras exceções, distribuíram-se no mesmo esquema de forças que há de se montar a partir de fevereiro de 1893, entre maragatos e pica-paus.

Como aponta Sérgio da Costa Franco (FRANCO, 1993, p. 194), os capítulos precedentes, de certa forma, permitem entender a eclosão da terrível guerra civil, que duraria dois anos e se estenderia até o Paraná.

A rebelião nasceu do ressentimento do grupo gasparista apeado do poder em 1889, a quem Castilhos negou qualquer possibilidade de composição ou transição política, assim como de

¹ A questão do parlamentarismo foi um tema central dentro do pensamento federalista, inclusive mantendo-se nas décadas seguintes, mesmo quando ocorreram mudanças internas dentre os federalistas, como por exemplo na fundação do Partido Libertador na década de 1920 e na união com os republicanos na Frente Única na década de 1930. Inclusive continuou como uma das bases do Partido Libertador no pós-1945, até a extinção da agremiação, com o AI-2 em outubro de 1965.

outras facções, liderados por Silva Tavares, Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, as quais foram incompatibilizando com os republicanos ortodoxos. A ascensão dos castilhistas correspondera a modificações na hierarquia social. Boa parte do eleitorado republicano provinha de setores da classe média, que o regime eleitoral do Império privava do exercício do voto, por não alcançar os mínimos de renda previstos por lei. Sendo numericamente débeis em alguns municípios, os castilhistas tinham apelado, no preenchimento de funções públicas, para indivíduos de baixa classificação social, o que afrontava as dirigentes locais. Também a manipulação do voto, através de um regime eleitoral que em tudo favorecia o situacionismo, cortara as possibilidades de vitória dos antigos e prestigiosos “caciques municipais” do partido gasparista. E o domínio da cúpula administrativa era particularmente importante numa sociedade como a da fronteira, onde o contrabando, sempre dependente da complacência dos governos, era atividade econômica de relevo, ou como a da Serra, onde a aquisição da propriedade fundiária ainda se fazia à base das legitimações de posse, processadas perante órgãos públicos; e decisivo, em todo Estado, para a sobrevivência da numerosa clientela pobre dos mandões locais, numa estrutura caracterizada pelo subemprego crônico (FRANCO, 1993, p. 135).

A GUERRA

A Revolução Federalista, como aponta Moacyr Flores (FLORES, 1996, p. 168), durou 31 meses e deixou um saldo entre 10 e 12 mil mortos numa população de quase um milhão de habitantes e uma série de atrocidades nos campos de batalha, como a execução de prisioneiros através da degola. Além disso, foi a mais sangrenta guerra civil que assolou o Brasil republicano até os dias de hoje.

A guerra foi deflagrada nos primeiros dias de fevereiro de 1893 e perdurou até agosto de 1895, quando ocorreu a pacificação, graças ao presidente Prudente de Moraes, através do Gen. Inocêncio Galvão de Queiroz.

De um lado, estavam os federalistas; de outro, os republicanos. Moacyr Flores e Carlos Reverbel apresentam teorias sobre a “nomenclatura” dos lados opostos, como este é um tema que não possui muita importância, sendo apenas uma questão de curiosidade, apresentamos a “versão” de Flores, devido à sua simplicidade. Os federalistas receberam a alcunha de maragatos,

pois com os invasores brasileiros vinham gaúchos uruguaios de um departamento que fora povoado por espanhóis oriundos da Maragataria. Os republicanos começaram a chamar os federalistas de maragatos como se fossem mercenários estrangeiros. Os maragatos adotaram o lenço vermelho como símbolo da sua facção política (o mesmo símbolo que havia sido usado pelos farroupilhas em 1835, aparentemente como se fossem seus herdeiros políticos, embora houvesse entre suas fileiras membros que haviam lutado contra os farrapos, como é o caso do chefe rebelde Joca Tavares). Os republicanos ou pica-paus usavam lenço amarelo como distintivo. O nome pica-pau originou-se do quepe com enfeite vermelho, utilizado pelas forças republicanas.

AS FASES DA GUERRA CIVIL²

Em 5 de fevereiro de 1893, o caudilho Gumercindo Saraiva cruzou a fronteira do Uruguai à frente de quatrocentos cavaleiros, iniciando a guerra civil. Em 22 de fevereiro, os federalistas conquistaram Dom Pedrito, derrotando o 6º Regimento de Cavalaria do Exército. Esse fato deu lastro ao pedido de Intervenção Federal. A partir de então, o Exército participou ativamente da guerra. Vários oficiais do Exército foram cedidos ao Governo do Estado, e que foram postos como comandantes de brigadas e batalhões. Todos esses oficiais foram escolhidos devido a sua fidelidade à causa republicana. Esse fato configurou as forças que participariam ativamente do conflito: de um lado os caudilhos rebeldes (aliando-se a eles posteriormente os revoltosos da Armada); de outro, as forças legais, tanto da Brigada Militar rio-grandense como do Exército brasileiro. A partir de então, podemos dividir o conflito em quatro fases distintas:

1ª Fase: rebeldes procuram evitar combates decisivos, pois não possuem recursos bélicos para enfrentamentos diretos. Nessa fase empreendem uma guerra de movimentos rápidos que trouxeram lisonjeiros resultados. Essa primeira fase terminou com a Batalha de Inhanduí, onde houve o choque de seis mil federalistas contra quatro mil e quinhentos legalistas. Os federalistas se retiraram do combate, pois, embora tivessem superioridade numérica, não possuíam armas e munições suficientes. (Base da força federalista

² Para descrever as fases da guerra, utilizamos as seguintes obras: BONES & RUAS, 1997; FLORES & FLORES, 1993; FRANCO, 1993; FRANCO, 1996; REVERBEL, 1985.

era a cavalaria ligeira – homem a cavalo e armado com lança – os famosos piquetes de cavalaria).

Com os resultados dessa batalha, os republicanos acreditaram que a rebelião houvesse sido esmagada. O próprio Castilhos telegrafou ao Mal. Floriano transmitindo a opinião de seus generais de que a rebelião havia sido “estrangulada”.

2ª Fase: os federalistas sem condições de manter a guerra através de grandes unidades ficaram inativos na fronteira uruguaia. Iniciou-se um combate de guerrilhas, comandado por Gumercindo Saraiva na região da Campanha, com grande sucesso, ao mesmo tempo, os gasparistas da região serrana e do Alto Taquari se levantaram em armas.

A guerra já era dada como findada e o próprio Castilhos recomendou aos funcionários estaduais que se abstivessem de ações de represálias contra os rebeldes que depusessem pacificamente as armas e voltassem para os seus lares.

Mas, com o recomeço das hostilidades, Castilhos tratou de obter mais recursos para continuar a guerra. Nessa fase, o fato mais importante foi a tentativa conjunta de forças federalistas com os rebeldes comandados pelo Almirante Eduardo Waldenkolk de tomar o porto de Rio Grande.

3ª Fase: marcada pela segunda invasão federalista. A violência radicaliza-se, o próprio Castilhos ordena que os inimigos não sejam poupados, e que, apenas as famílias dos rebeldes sejam poupadas.

Nessa fase, ocorreram vários acontecimentos importantes: (i) as colunas federalistas de Gumercindo Saraiva e do Coronel Salgado, que sempre estavam sendo perseguidas, mas nunca batidas partem para o norte do Estado e invadem Santa Catarina (2 de novembro) e o Paraná (2 de janeiro, ataque à Lapa); (ii) ocorre a Revolta da Armada, que abre uma nova frente contra o Floriano e também ao próprio Castilhos, em que a esquadra rebelada toma a cidade de Desterro em setembro (SC) e instala o “governo provisório da República” (29 de setembro); (iii) ocorre também a união de federalistas e dos revoltosos da Armada, mesmo que pouco houvesse em comum entre os dois movimentos.

Os federalistas, após terem percorrido os Estados de Santa Catarina e do Paraná, aperceberam-se de que não possuíam mais força para continuar a invasão e iniciaram um penoso retorno.

A união com a Revolta da Armada e a expansão para o Norte, ao mesmo tempo em que fugia do objetivo de derrubar Castilhos, apenas enfraqueceram as forças federalistas. Os revoltosos da Armada renderam-se em março de 1894.

Ao mesmo tempo da invasão à Santa Catarina e ao Paraná, no Rio Grande, Silva Tavares e outros rebeldes mantinham a luta e colhiam vitórias expressivas. Os rebeldes mantinham toda a região do Alto Taquari, além de conquistar os municípios de Passo Fundo e Soledade. Infringiram várias derrotas aos republicanos (como em Rio Negro próximo a Bagé, resultando na famosa degola). Ainda os federalistas mantiveram Bagé sob sítio de final de novembro a início de janeiro de 1894.

Sempre que a rebelião parecia estar derrotada, os rebeldes se reorganizavam. Contavam com a cumplicidade das autoridades uruguaias do Partido Colorado, que eram simpáticos a Silveira Martins e permitiam aos federalistas reestruturarem suas forças na fronteira.

Ainda em 1894, as forças legais entraram em choque com a reestruturada coluna de Gumerindo Saraiva no combate na Fazenda dos Melos, perto de Passo Fundo. Os federalistas derrotados retiraram-se do combate. Pouco mais de um mês depois, Gumerindo Saraiva foi emboscado (agosto). A morte de Saraiva foi bastante festejada pelos republicanos.

Os rebeldes continuaram a luta, mas seu ímpeto diminuiu bastante...

4ª Fase: Movimentos de guerrilha e ao mesmo tempo o período de pacificações, mesmo assim bastante conturbados.

Na convenção de Pelotas, em 23 de agosto de 1895, ocorreu o encontro do general Inocêncio Galvão de Queirós, novo comandante do Distrito Militar, com Silva Tavares. Este propõe várias condições para a pacificação, que desagradaram Castilhos e os republicanos rio-grandenses. Mas o novo presidente, Prudente de Moraes, mesmo sem estar sintonizado com Castilhos, apoiou que a pacificação ocorresse com a submissão dos rebeldes.

RESULTADOS DO CONFLITO E APONTAMENTOS FINAIS

O intento dos insurretos com a guerra era a deposição de Júlio de Castilhos e seus partidários. Contudo, os resultados para os federalistas foi quase sua própria extinção como força política, além,

é claro, do fortalecimento dos republicanos, que, ao não possuírem adversários com força, tiveram seu poder ampliado.

A pacificação só ocorreu, como vimos, no governo de Prudente de Moraes, e com sua intervenção direta. Os rebeldes, para renderem as armas, fizeram exigências, como aponta Wenceslau Escobar:

Declara mais que está pronto para depor as armas perante o Governo da União desde que este lhe garanta e a seus companheiros efetiva posse de todas as garantias e direitos que a Constituição confere a todo cidadão brasileiro, procedendo à reconstituição do Estado do Rio Grande, de acordo com a Constituição Federal e ficando-lhe o direito salvo de requerer indenização por prejuízos que sofrerem com o abastecimento das forças do Governo e outros em suas propriedades (ESCOBAR, *Apud* FRANCO, 1996, p. 143).

A principal dessas exigências foi a da reconstituição do “Estado do Rio Grande”, que visava atacar a Carta Constituinte de 14 de Julho, numa tentativa de diminuir a força de Júlio de Castilhos. Contudo, tal exigência não foi aceita pela União, alegando que ia contra a liberdade dos Estados e a Constituição Federal. Castilhos venceu. A Carta de 14 de Julho permaneceu intacta.

Com isso, a paz retornou ao Rio Grande do Sul, depois de tantas mortes, entre dez e doze mil mortos e uma série de atrocidades, como violências a civis (principalmente simpatizantes de uma ou outra facção) e da execução de prisioneiros pela degola, tragicamente marcados em dois grandes episódios: *Rio Negro* e *Boi Preto*.

Apesar da promessa de paz, o ódio abriu chagas que ficaram latentes na sociedade rio-grandense da época e que dividiria republicanos e federalistas em facções inconciliáveis. Trinta anos depois, essas chagas levariam a um novo conflito, na chamada Revolução de 1923.

A “Revolução” foi um movimento de elites, como a maioria das “revoluções” no Brasil. Em realidade, dois grupos disputando a hegemonia do poder, uma representava a elite tradicional e retrógrada e a outra, mais nova e mais dinâmica, defendia uma forma singular de fazer política, e que, triunfando no conflito, teve possibilidade de impor-se à sociedade. A população em si não teve participação, os federalistas não procuraram levantar a população em seu favor, ou pelo menos contar com sua simpatia. Entravam

nas cidades e povoados utilizando violência contra os civis, e a ação dos republicanos não diferiu de seus adversários.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade de Rio Grande, 1993.
- AXT, Gunter; CABEDA, Coralio; SEELIG, Ricardo Vaz. *Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão*. Porto Alegre: Nova Prata/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2002.
- BONES, Elmar; RUAS, Tabajara. *A cabeça de Gumercindo Saraiva*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio*: narrativa da revolução de 1893. Ed. Facsimilada de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977.
- ESCOBAR, Wenceslau. *Apointamentos para a História da revolução Rio-grandense de 1893*. 2ª ed. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1920.
- _____, Wenceslau. *Réplica a todos os contraditores de meus apontamentos para a História da Revolução Rio-grandense de 1893*. Porto Alegre, 1921.
- FLORES, Hélio Alves. *No tempo das degolas: revoluções imperfeitas*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner; FLORES, Moacyr. *Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.
- FLORES, Hilda Agnes Hübner (org.). *Revolução Federalista – Estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.
- FLORES, Moacyr (org.). *1893-1895: a revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 5ª Ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- _____, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.
- FREITAS, Décio. *O homem que inventou a ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- MARIANTE, Hélio Moro. *Memórias da Revolução de 1893*. Porto Alegre, Presença, s/d.
- MOTTA, José do Patrocínio. *República Fraticida: revoluções rio-grandenses de 1835-1932*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Revolução Federalista: memória revisitada*. In: POSSAMAI, Zita (org). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.
- REVERBEL, Carlos. *Maragatos e pica-paus: a guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

